



Anexo XVIII - Segurança e Saúde no Trabalho

1 INTRODUÇÃO

- 1.1 O estabelecido neste documento é anexo do Projeto Básico e é parte integrante do contrato celebrado entre o MPRJ e a Contratada, visando à prevenção de acidente do trabalho e agravos à saúde do trabalhador.
- 1.2 Antes do início dos trabalhos, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção.

2 REQUISITOS LEGAIS

- 2.1 A Contratada deve cumprir a legislação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) relacionada à saúde e segurança no trabalho aplicáveis para as atividades objeto do Projeto Básico, incluindo as Normas Regulamentadoras.
- 2.2 A Contratada deve cumprir e garantir que seus empregados cumpram as normas, procedimentos e instruções expedidas pela Contratante, bem como observar as políticas e diretrizes estabelecidas pela Contratante no que se refere à qualidade, saúde, segurança e meio ambiente.
- 2.3 A empresa Contratada deverá apresentar documentação referente ao cumprimento da legislação, em especial os requisitos das referências técnicas e legais a seguir, que forem aplicáveis, na periodicidade estabelecida nos normativos específicos, e sempre que solicitado pela Contratante, sem prejuízo de outros que possam vir a ser exigidos para comprovação do adequado cumprimento da legislação ou de normas internas da Contratante.



- 2.4 A obrigatoriedade do cumprimento se estende às empresas Subcontratadas pela Contratada.

3 SUBCONTRATAÇÃO

- 3.1 Em caso de subcontratação, a empresa Contratada se obriga a exigir de suas Subcontratadas o cumprimento das obrigações trabalhistas no ato da contratação e durante a execução dos serviços, sendo mantidas integralmente as responsabilidades assumidas sobre segurança e saúde no trabalho, e será responsável pelo cumprimento por parte das suas Subcontratadas.

4 CANTEIRO DE OBRAS

- 4.1 A instalação do canteiro deverá ser precedida de projeto para aprovação da implantação proposta pela equipe de fiscalização do MPRJ e atender aos critérios da NR 18 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção e da NR 24 – Condições Sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.
- 4.2 A Contratada poderá, desde que aprovado pela equipe de fiscalização da obra, usar, provisoriamente, durante a execução do serviço, partes do prédio como local para guarda de materiais, ferramental e equipamentos, ficando responsável por sua manutenção e segurança.
- 4.3 A Contratada deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, obstruir portas e saídas de emergência e impedir o acesso de equipamentos de combate a incêndio.
- 4.4 A Contratada manterá no canteiro de serviço equipamentos de proteção contra incêndio e brigada de combate a incêndio, na forma das disposições em vigor.



- 4.5 A equipe de fiscalização de obras do MPRJ realizará inspeções periódicas no canteiro de serviço, a fim de verificar o cumprimento das medidas de segurança adotadas nos trabalhos, o estado de conservação dos equipamentos de proteção individual e dos dispositivos de proteção de máquinas e ferramentas que ofereçam riscos aos trabalhadores, bem como a observância das demais condições estabelecidas pelas normas de segurança e saúde no trabalho.
- 4.6 Caberá à Contratada manter vigias que controlem a entrada e saída de materiais, máquinas, equipamentos e pessoas, bem como manter a ordem e disciplina em todas as dependências do canteiro de serviço.

5 RESPONSABILIDADES

- 5.1 A empresa Contratada e as Subcontratadas ficam sujeitas à inspeção referente a aspectos de segurança e saúde por parte da fiscalização do contrato e por parte dos profissionais de segurança e saúde do trabalho da Contratante, a serem realizadas a qualquer tempo e na forma por estes estabelecida.
- 5.2 O não cumprimento dos requisitos legais relativos à segurança e saúde do trabalho poderá acarretar a paralisação dos serviços, com advertência e notificação por escrito a serem emitidas pela fiscalização do contrato.
- 5.3 Caso haja paralisação por embargo ou interdição, as atividades somente serão reiniciadas após a correção dos desvios por parte da Contratada, e após avaliação e autorização por parte da fiscalização do contrato e dos profissionais de segurança e saúde do trabalho da Contratante.
- 5.4 as situações que representem risco grave e iminente à segurança e saúde das pessoas e/ou potencialmente danosas ao meio ambiente, é responsabilidade de todos a imediata paralisação da atividade.



- 5.5 Cabe à contratante interromper todo e qualquer trabalho em caso de identificação de condição de risco grave e iminente.
- 5.6 Sempre que a Contratada constatar alguma condição insegura, que possa causar acidentes ou prejudicar a saúde dos empregados deve comunicar imediatamente à fiscalização do contrato, que solicitará avaliação por parte da área de segurança e saúde do trabalho da Contratante.
- 5.7 Cabe à fiscalização do contrato receber toda a documentação obrigatória e de gestão prevista neste documento, e submeter à análise da área de segurança e saúde do trabalho da Contratante.
- 5.8 Em caso de constatação de que a documentação entregue pela Contratada não contém todos os elementos e informações necessárias, a área de segurança e saúde do trabalho da Contratante solicitará o refazimento.
- 5.9 Os programas de saúde e segurança do trabalho devem ser mantidos no local de serviços, frente de trabalho ou canteiro de obras, de modo a proporcionar o imediato acesso.

6 MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

- 6.1 Em caso de não enquadramento na NR 04, a empresa Contratada deverá contratar de 01 (um) Técnico de Segurança do Trabalho responsável pelo acompanhamento e orientação dos trabalhadores nos serviços nas etapas de obra e comissionamento, conforme as atribuições previstas na referida norma.
- 6.2 O Técnico de Segurança do Trabalho deverá dedicar 8 (oito) horas por dia para as atividades do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho deste contrato, não sendo permitido o desvio ou desvirtuamento mesmo que parcial.



- 6.3 A empresa contratada deverá apresentar à fiscalização do contrato o plano de trabalho trimestral do Técnico de Segurança do Trabalho com posterior emissão de Relatório de Atividades, os quais serão submetidos pela fiscalização do contrato e ao Núcleo de Segurança do Trabalho e Desenvolvimento da Qualidade (NSQ) do MP.

7 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTOS ESPECÍFICOS

- 7.1 A Contratada é responsável por fornecer os treinamentos de segurança e saúde no trabalho obrigatórios a seus empregados, os quais deve ser realizado antes do início das atividades, efetuando os treinamentos de reciclagem dentro dos prazos previstos pela legislação.
- 7.2 Os Certificados devem ser apresentados à fiscalização do contrato antes do início das atividades dos trabalhadores.
- 7.3 Treinamentos obrigatórios pelas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho:
- 7.4 Certificado da Capacitação NR 10. NR 10 – Básico, Complementar e Reciclagem bienal. Função: Eletricista, Eletrotécnico, Técnico em eletricidade, Engenheiro Eletricista e funções análogas.
- 7.5 Certificadoda Capacitação NR 12. Operação e intervenção em máquinas e equipamentos. Função: Operador de máquinas e equipamentos.
- 7.6 NR 18. Treinamento admissional e periódico.
- 7.7 NR 17. Transporte manual regular de cargas – métodos de trabalho.
- 7.8 Certificado da Capacitação NR 35 - Trabalho em Altura.
- 7.9 A empresa deverá entregar cópia dos Certificados dos treinamentos e cursos realizados pelos seus empregados à fiscalização do contrato, contendo a data, o conteúdo programático, carga horária e nome e



assinatura do profissional responsável, do profissional que ministrou (comprovando proficiência) e do treinando.

8 CIPA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

- 8.1 A empresa deve constituir CIPA e mantê-la em regular funcionamento, conforme o estabelecido na NR 5.
- 8.2 Caso o estabelecimento não se enquadre no Quadro I da NR 5, a empresa designará um responsável pelo cumprimento dos objetivos desta norma regulamentadora.
- 8.3 A empresa deverá garantir que a CIPA (ou o responsável designado) tenha a representação necessária para a discussão e encaminhamento das soluções de questões de segurança e saúde no trabalho analisadas na CIPA.

9 ACIDENTES E INCIDENTES

- 9.1 Todo incidente e/ou acidente do trabalho deve ser imediatamente comunicado pela Contratada à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h.
- 9.2 A cópia da comunicação de acidente do trabalho – CAT emitida deverá ser entregue à fiscalização do contrato no prazo máximo de 2 (dois) dias contados a partir da data do acidente. Uma cópia da CAT deve ser encaminhada à área de segurança e saúde do trabalho da Contratante.
- 9.3 Para o caso de acidente de maior gravidade, ou com características de reincidência, a Contratada deverá realizar a investigação do acidente, mediante emissão de relatório a ser entregue no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o evento. Na análise crítica do acidente deverá ser investigada a causa-raiz e deverão ser propostas e implementadas as



medidas de controle para evitar a repetição do evento desencadeante do acidente.

- 9.4 A Contratada deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas necessárias ao atendimento e assistência aos seus empregados acidentados ou com mal súbito no trabalho.
- 9.5 A empresa Contratada deverá entregar à fiscalização do contrato juntamente com o restante da documentação, o Plano de Atendimento a Acidentados, o qual será avaliado pela área de segurança e saúde do trabalho da Contratante.

10 AUTORIZAÇÃO PARA TRABALHOS ESPECIAIS

- 10.1 A autorização para execução da atividade elencadas abaixo estará condicionada à elaboração de Análise Preliminar de Riscos – APR por profissional habilitado da Contratada:
- 10.2 Trabalho em altura
- 10.3 Entrada em espaços confinados
- 10.4 Escavação, demolição, perfuração
- 10.5 Trabalho com alta tensão
- 10.6 Manipulação e/ou armazenamento de agentes químicos inflamáveis ou combustíveis, tóxicos, cancerígenos ou infectantes
- 10.7 Movimentação de Cargas.

11 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

- 11.1 A Contratada deverá fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, e com CA válido, bem como garantir o seu uso durante as atividades.



- 11.2 A Contratada deverá fornecer e instalar todos os itens de segurança necessários à realização das atividades, incluindo os equipamentos de proteção coletiva - EPC e sistemas e estruturas de proteção coletiva.
- 11.3 A Contratada deverá manter listagem dos EPI homologados por função.
- 11.4 A Contratada deverá manter o registro atualizado de controle de entrega e recebimento de EPI assinado pelos empregados.
- 11.5 A Contratada deve treinar seus empregados sobre o uso, guarda, higienização dos EPI que estes venham a utilizar, cuja comprovação deverá ser feita mediante entrega de lista de presença para a fiscalização do contrato.
- 11.6 Todos os materiais empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e os equipamentos fornecidos e/ou instalados em perfeito estado de funcionamento, sob pena de serem substituídos, mesmo depois de já estarem utilizados ou empregados na obra.
- 11.7 Todo material entregue na obra deverá estar acompanhado da respectiva nota fiscal com a especificação do produto, em quantidade compatível com a necessidade do consumo e com o endereço da obra.

12 UNIFORME

- 12.1 A Contratada deverá fornecer uniformes e seus complementos à mão de obra envolvida de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria.
- 12.2 Os uniformes deverão ser entregues a todos os empregados, a cada 6 (seis) meses mediante recibo com relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à fiscalização do contrato.



- 12.3 A Contratada deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo mínimo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Contratante ou para os empregados.
- 12.4 Não poderão ser repassados aos empregados, em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e complementos.

13 FERRAMENTAS

- 13.1 A Contratada deverá fornecer e conservar equipamentos mecânicos e ferramental necessários para a execução do serviço, de modo a não interromper o seu andamento.
- 13.2 A Contratada deve disponibilizar, gratuitamente, ferramentas adequadas ao trabalho e às características físicas do trabalhador, substituindo-as sempre que necessário.
- 13.3 As ferramentas de corte devem ser guardadas e transportadas em bacia e mantidas afiadas.
- 13.4 Os trabalhadores devem ser treinados e orientados para a utilização segura das ferramentas.
- 13.5 Todas as ferramentas elétricas portáteis (exceto aquelas que forem duplamente isoladas) deverão ser aterradas
- 13.6 Deve haver metodologia de controle do bom estado de conservação e uso das ferramentas, antes de sua utilização diária.

14 CONTROLE DE QUEDAS DE ALTURA

- 14.1 Não é permitido o acesso e execução de trabalhos em altura (estruturas, tubulações, coberturas, lajes, telhados, tanques etc.) sem a utilização de equipamentos de proteção individuais e coletivos adequados, tais como



andaimes tubulares, plataformas elevatórias, cesta aérea, plataformas fixas etc.

- 14.2 O projeto e dimensionamento adequado e seguro das estruturas, ancoragens e sistemas de trabalho em altura devem ser assegurados pela empresa Contratada por meio de assinatura de profissional legalmente habilitado.
- 14.3 É proibido o trabalho em altura em condições de chuva, ventos fortes ou nevoeiros densos. No caso de chuva leve ou garoa, os trabalhos devem ser realizados após a secagem de pisos ou telhados.

15 CABOS DE AÇO E CABOS DE FIBRA SINTÉTICA

- 15.1 É obrigatória a observância das condições de utilização, dimensionamento e conservação dos cabos de aço utilizados em obras de construção, conforme o disposto na normativa técnica vigente.
- 15.2 Os cabos de aço e cabos de fibra sintética bem como suas conexões devem ser inspecionados diariamente antes do início dos serviços, de forma a assegurar a sua integridade física e condições de uso; e devem ser imediatamente substituídos quando apresentarem condições que comprometam a sua integridade em face da utilização a que estiverem submetidos.
- 15.3 As cintas, cordas, correntes, roldanas, ganchos e demais acessórios deverão ser inspecionados diariamente, substituindo-os imediatamente quando defeituosas.

16 SINALIZAÇÃO

- 16.1 Os locais em que a execução dos serviços estiver próxima às áreas de circulação de pessoas e veículos devem ser sinalizados pela Contratada com placas de advertência, cones, fitas e correntes.



- 16.2 As áreas de movimentação de carga devem ser previamente isoladas e sinalizadas.

17 VEÍCULOS INDUSTRIAIS

- 17.1 Os equipamentos móveis e veículos automotores devem cumprir os requisitos da legislação brasileira das normas NR 12 - Máquinas e Equipamentos e NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 17.2 Todos os veículos motorizados são equipamentos móveis que devem ser mantidos em condição operacional segura, livre de vazamento de óleo, fluidos hidráulicos e outros fluidos, e com a necessária proteção das partes móveis.
- 17.3 A Contratada deve assegurar e atestar que o veículo foi satisfatoriamente testado e verificado para atender aos requisitos legais aplicáveis.
- 17.4 A operação e demais intervenções em máquinas e equipamentos devem ser realizadas por trabalhadores habilitados, qualificados, capacitados ou autorizados para este fim, conforme as respectivas exigências legais e normativas.
- 17.5 A Contratada deve assegurar que os empregados autorizados a operar equipamentos móveis tenham recebido o necessário treinamento e licença (cartão de identificação), e tenham demonstrado a necessária habilidade para operá-los.
- 17.6 Quando os veículos estiverem em uso a Contratada deve isolar a área de trabalho para proteger as pessoas em trânsito.



18 TRANSPORTES

- 18.1 Os veículos de transporte que venham a ser utilizados pela Contratada deverão apresentar-se em condições seguras, de acordo com a legislação vigente, especialmente no que se refere ao transporte concomitante de pessoas e materiais.
- 18.2 Os veículos de transporte que venham a ser utilizados pela Contratada deverão ser conduzidos defensivamente, obedecendo-se o limite de velocidade estabelecido para as instalações internas da Contratante, e com uso do cinto de segurança.
- 18.3 Fica expressamente proibido o transporte de pessoas na carroceria de caminhões, caminhonetes, ou qualquer outro tipo de veículo que não atenda à legislação.
- 18.4 É proibido excesso de lotação.
- 18.5 A Contratada deve realizar manutenção corretiva nos veículos de transporte, e elaborar formulário de manutenção corretiva para registro dos serviços realizados e peças trocadas.
- 18.6 É proibido o transporte de empregados em veículos que apresentarem defeitos.
- 18.7 A Contratada será responsável pela utilização adequada dos veículos de transporte, bem como por assegurar que sejam dirigidos por pessoas habilitadas e em condições de dirigir.

19 ERGONOMIA

- 19.1 Para as atividades que forem realizadas necessariamente em pé, devem ser garantidas pausas para descanso.
- 19.2 É vedado o levantamento e o transporte manual de carga com peso passível de comprometer a saúde do trabalhador.



- 19.3 Todo trabalhador designado para o transporte manual regular de cargas deve receber treinamento ou instruções (no mínimo a cada 12 meses) quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar, com vistas a salvaguardar sua saúde e prevenir acidentes, cuja comprovação deverá ser feita mediante entrega de lista de presença para a fiscalização do contrato.
- 19.4 Para os casos de prestação de serviço de transporte manual regular de cargas, a empresa Contratada deverá elaborar e entregar anualmente, Programa de Ergonomia em atendimento à NR 17 - Ergonomia.
- 19.5 Deverá ser fornecida Cinta Ergonômica para uso individual dos trabalhadores que executam atividades de transporte manual regular de cargas.

20 PRODUTOS QUÍMICOS

- 20.1 A Contratada deve fornecer à Contratante uma lista de todos os produtos perigosos ou contaminantes do meio ambiente que a Contratada introduza no local de trabalho.
- 20.2 A Contratada deve rotular todos os recipientes de produtos perigosos ou contaminantes do meio trazidos para o local de trabalho.
- 20.3 A Contratada deve fornecer aos seus empregados informações, orientações e treinamento sobre os produtos químicos perigosos utilizados nas atividades.
- 20.4 A Contratante se reserva o direito de recusar o uso de qualquer produto químico em suas dependências que julgar perigoso à saúde e integridade física dos integrantes da sua força de trabalho e ao meio ambiente.
- 20.5 A Contratada deverá apresentar um Plano de Emergência para potenciais acidentes com o uso de produtos químicos e para a prevenção de



acidentes expandidos, como derramamento de produtos, princípios de incêndio e explosões.

21 UTILIZAÇÃO DE LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS E COMBUSTÍVEIS

- 21.1 O procedimento operacional de estocagem e manuseio de líquidos inflamáveis deve ser realizado em cumprimento à NR 20 - Líquidos combustíveis e inflamáveis.
- 21.2 O local destinado ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis deve ser previamente aprovado pela fiscalização do contrato.
- 21.3 Os recipientes contendo líquidos inflamáveis e combustíveis devem ser identificados adequadamente e de forma legível.
- 21.4 O local destinado ao armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis deve estar devidamente sinalizado com símbolo de perigo, possuir instalação elétrica compatível com a atmosfera, possuir acesso restrito aos trabalhadores capacitados a manusear os referidos produtos, possuir ventilação, ser dotado de proteção que não permita o acesso de animais, e possibilitar limpeza e descontaminação.

22 IDENTIFICAÇÃO DOS TRABALHADORES

- 22.1 A relação dos trabalhadores com dados pessoais de identificação deve ser apresentada antes do início das atividades e mantida rigorosamente atualizada junto à fiscalização do contrato e à área de vigilância patrimonial da Contratante.
- 22.2 Somente será permitido o acesso dos trabalhadores cuja identificação constar na relação atualizada, e que estiverem com a documentação trabalhista devidamente apresentada e verificada, na qual se incluem o ASO e os treinamentos obrigatórios de saúde e segurança do trabalho.



- 22.3 Os empregados deverão portar crachá de identificação com foto para adentrar e permanecer nas instalações da Contratante.
- 22.4 A circulação dos empregados da Contratada fica limitada às áreas de sua atuação e seus respectivos acessos, sendo proibida a presença e circulação das demais áreas de risco da instituição, salvo com prévia autorização da fiscalização do contrato.

23 CONDUTA DOS EMPREGADOS DA CONTRATADA

- 23.1 A Contratada é responsável pelo total cumprimento da legislação e normas de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente, bem como pelos atos e atitudes de seus empregados ou subcontratados decorrentes de inobservância das mesmas.
- 23.2 Esta responsabilidade significa também a obrigação de interromper qualquer atividade ou postura que represente grave e iminente risco de acidente, agressão ao meio ambiente, passivos trabalhistas ou outros passivos que impliquem notificação e multa.
- 23.3 Durante a permanência em propriedade da Contratante os empregados da Contratada não podem se envolver em conduta perigosa, ilegal, imoral, ilícita ou abusiva, dentre as quais: violação de regras de segurança, ou práticas comuns de segurança, ou capazes de causar uma ameaça de segurança a um colega trabalhador; criar ou contribuir para qualquer condição insegura ou insalubre; uso de linguagem abusiva; praticar jogos de azar, loterias, bingos ou outros; ameaçar, intimidar ou coagir colegas de trabalho; conduta indecente ou assédio sexual; brigar ou instigar a brigar; agredir física ou verbalmente; possuir armas de fogo ou outras armas na propriedade da Contratante, etc.
- 23.4 É proibido possuir, consumir ou estar sob o efeito de qualquer bebida alcoólica ou substância tóxica ou ilegal nas instalações da Contratante. É



responsabilidade da Contratada, monitorar, em conformidade com a legislação brasileira, seus empregados antes de seu ingresso nas instalações do MP e no curso de seu trabalho. Aqueles que forem encontrados sob a influência de álcool ou drogas serão retirados do local e terão acesso futuro proibido.

24 ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA

- 24.1 A Contratada manterá organizadas, limpas e em bom estado de higiene as instalações do canteiro de serviço, especialmente as vias de circulação, passagens e escadarias, refeitórios e alojamentos, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral.
- 24.2 Antes da entrega dos serviços, a CONTRATADA deverá executar uma limpeza especial e definitiva, devendo os locais impactados serem entregues livres de quaisquer resíduos, materiais, ferramentas e/ou equipamentos.
- 24.3 A limpeza deverá ser realizada de modo a não danificar outras partes ou componentes da edificação, utilizando-se produtos que não prejudiquem as superfícies a serem limpas.
- 24.4 A empresa deve se responsabilizar pelo adequado fornecimento de água potável aos trabalhadores no canteiro de obra e nas frentes de trabalho.
- 24.5 Os materiais, ferramentas, equipamentos e entulhos devem ser armazenados de forma a não gerar riscos, não prejudicar o trânsito das pessoas e a circulação de materiais, não obstruir portas e saídas de emergência e nem prejudicar o acesso aos equipamentos de combate a incêndio.
- 24.6 Os materiais remanescentes da obra tais como entulhos e sobras, devem ser condicionados em caçambas, mantendo-se as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, de modo a garantir as perfeitas



condições de segurança e higiene do trabalho e o disposto na legislação ambiental.

- 24.7 É proibida a queima de lixo ou qualquer outro material no interior ou nas proximidades das instalações da Contratante.

25 DESCARTE DE RESÍDUOS

- 25.1 O descarte, acondicionamento temporário e destinação final de resíduos decorrentes da prestação de serviços nas instalações da Contratante serão de total responsabilidade da empresa Contratada, cabendo adotar todas as providências em atendimento à legislação ambiental e de segurança aplicável.
- 25.2 O acondicionamento temporário em caçambas e a destinação final de resíduos de obras serão de total responsabilidade da empresa Contratada, cabendo adotar todas as providências em atendimento à legislação aplicável.
- 25.3 As demolições, provenientes da possível queda de emboços e rebocos durante execução da obra, e retiradas dos serviços de obra civil deverão ser efetuadas dentro da boa técnica, de forma a não ocorrerem danos aos envolvidos e a terceiros.
- 25.4 Todo entulho, proveniente de demolição, assim como todos os materiais removidos, serão carregados em veículos próprios e transportados para o devido descarte.
- 25.5 Ficará a cargo da CONTRATADA a retirada de todo o entulho proveniente da execução da obra, não sendo permitido o seu acúmulo, devendo ser utilizados vazadouros oficiais para o descarte desse material.
- 25.6 A empresa transportadora do resíduo, bem como o receptor do resíduo, deverá ter licença ambiental emitida pelo INEA e a autorização para o



transporte e/ou destinação daquele resíduo específico para o qual está sendo contratado.

- 25.7 Deverão ser apresentados à fiscalização do contrato os MTR (Manifestos para o Transporte de Resíduos) a cada envio de resíduos para destinação final. O descumprimento desta Norma Operacional ocorrerá em sanções penais cabíveis constantes no § 3º, do art. 225, da Constituição Federal.
- 25.8 Não serão permitidas, caçambas de transportadores não licenciados, para o descarte dos resíduos, devendo estes serem separados e acondicionados para futura coleta programada de acordo com art. 69 da Lei municipal nº 3273/01, para o município do Rio de Janeiro, e da legislação vigente para os demais municípios.
- 25.9 Durante as demolições e retiradas, a CONTRATADA cuidará para que não haja reflexo negativo nas alvenarias, estruturas do imóvel ou imóveis vizinhos, ou peças construtivas remanescentes.
- 25.10 Sobras de produtos químicos e as embalagens plásticas vazias devem ser encaminhadas pela Contratada para a destinação final, obedecendo as normas ambientais vigentes.

26 SERVIÇOS FORA DO HORÁRIO ADMINISTRATIVO

- 26.1 O agendamento e realização de serviços fora do horário administrativo ou da jornada normal de trabalho deverão ser precedidos de autorização formal da fiscalização do contrato, de informação prévia da lista dos empregados e do conhecimento e avaliação do risco das atividades por parte da área de segurança e saúde do trabalho da Contratante.
- 26.2 O não cumprimento desta recomendação impede a entrada dos empregados da Contratada nas dependências da Contratante.



26.3 Em caso de trabalhos que envolvam trabalhos especiais deverá ser previsto acompanhamento do Técnico de Segurança da Contratada durante a realização da atividade.

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:

Setor	Responsável / Cargo	Telefone	
NÚCLEO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE	Wilson Pécora e Costa dos Santos (Coordenador Núcleo de Segurança do Trabalho e Desenvolvimento da Qualidade)	(21) 2262-7021	
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	Anderson Gasparello Pacheco (Engenheiro)	(21) 2215-5532	